

Alagoas e o enfrentamento das arboviroses em 2026

Ação é para reduzir casos de dengue, chikungunya e zika

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) lançou o Plano de Enfrentamento das Arboviroses 2026, um instrumento estratégico do governo de Alagoas com foco na redução dos casos de dengue, chikungunya e zika. A iniciativa de vigilância em saúde intensifica o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor das três doenças, e amplia a assistência à população em todo o território alagoano.

As ações previstas são desenvolvidas de forma integrada entre estado e municípios, com atenção especial ao período do verão e da quadra chuvosa. Isso porque, historicamente nesta época, há maior risco de aumento na transmissão dessas doenças, uma vez que há períodos intercalados entre chuva e muito calor, o que é propício para a proliferação do *Aedes aegypti*.

De acordo com a secretária-executiva de Vigilância em Saúde da Sesau, Thalyne Araújo, o Plano de Enfrentamento das Arboviroses 2026 é resultado de uma construção coletiva. Ela salienta que o documento organiza a atuação de diferentes áreas técnicas, visando garantir uma resposta mais eficiente.

“O Plano de Enfrentamento das Arboviroses 2026 envolveu diversas áreas técnicas da Sesau e o diálogo permanente com os municípios. Ele estrutura nossas ações de forma integrada, contemplando vigilância epidemio-



Carla Cleto

O documento também prevê a intensificação das ações preventivas

lógica, vigilância laboratorial, controle vetorial, assistência e mobilização social. Essa organização nos permite atuar de maneira mais eficiente e coordenada em todo o território alagoano”, salientou Thalyne Araújo.

Entre os principais pontos do plano estão o monitoramento contínuo dos casos de arboviroses, o fortalecimento da rede laboratorial, o apoio técnico às equipes municipais, a qualificação das estratégias de controle vetorial e a articulação com toda a Rede de Atenção à Saúde, garantindo diagnóstico oportuno e manejo clínico adequado.

O documento também prevê

a intensificação das ações preventivas e a ampliação da vacinação contra a dengue para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, em regiões selecionadas.

“Com a chegada do verão e o início da nossa sazonalidade, reforçamos o monitoramento, ampliamos o apoio aos municípios e intensificamos as ações de controle vetorial. Além disso, ainda no primeiro semestre de 2026, trabalharemos na incorporação de novas tecnologias para o controle do *Aedes aegypti*, como a implantação do método Wolbachia nos municípios de Arapiraca e Rio Largo. Essa iniciativa fortalece nossa resposta, aliando

inovação, ciência e planejamento para reduzir a transmissão das arboviroses em Alagoas”, disse Thalyne Araújo.

O Plano de Enfrentamento das Arboviroses 2026 destaca, ainda, que a vigilância epidemiológica é essencial para detecção precoce de surtos, monitoramento da gravidade dos casos e resposta rápida às mudanças no padrão de ocorrência das doenças.

O controle vetorial segue como uma das principais estratégias, envolvendo ações contínuas, como eliminação de criadouros, vistorias em imóveis, bloqueios de transmissão e atividades educativas.

Maranhão amplia ações em saúde e educação

Com a atenção voltada às necessidades dos municípios maranhenses, o governo do Maranhão realiza entregas em diversas regiões. O governador Carlos Brandão e comitiva estiveram em Buriticupu e Açailândia para uma ampla agenda municipalista.

Em Buriticupu, foi entregue o Centro de Hemodiálise Tomé Francisco de Sousa Silva, unidade com capacidade de instalação de 12 máquinas, além de duas reservas, criando 72 novas vagas e garantindo até 936 sessões mensais.

O serviço funcionará em três turnos, das 6h às 19h, e também beneficiará cidades vizinhas e reduzindo o deslocamento de pacientes. A entrega faz parte da política de expansão e descentralização da rede estadual de hemodiálise, que irá aproximar o atendimento das regiões onde vivem os pacientes com doença renal crônica.

Em 2025, o governo anunciou a maior ampliação da Rede de Hemodiálise da história do Maranhão, com previsão de alcançar todas as regionais de saúde e chegar a 21 serviços.

Antes da gestão Brandão, o estado possuía 279 máquinas, atendendo 1.789 pessoas. Com as expansões previstas, o Maranhão passará a contar com cerca de 600 máquinas.

O governador Carlos Brandão frisou que a implantação do serviço em Buriticupu enfrentou descrença ao longo do tempo, mas se tornou prioridade pela rotina de sofrimento enfrentada por quem precisava viajar para fazer o procedimento.

“Praticamente, as pessoas tinham de se deslocar daqui para Açailândia para fazer um tratamento de hemodiálise. São duas horas e meia para ir, duas horas e meia para voltar e mais quatro horas na máquina. Só aí são nove horas. Era um sofrimento dia sim, outro não. O Centro de Hemodiálise é uma grande conquista”, afirmou Carlos Brandão.

A fala do governador foi reforçada pelo depoimento da paciente Rosilene Diniz, que relatou o impacto do deslocamento na rotina de tratamento. “Era muito cansativo para nós. Eu chegava em casa muito cansada, não pelo tratamento, mas pela viagem”, disse.

Piauí amplia parcerias para acelerar regularização de terras rurais

O diretor-geral do Instituto de Terras do Piauí (Interpi), Rodrigo Cavalcante, participou de reunião no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), em Brasília, para tratar do fortalecimento da Política Nacional de Regularização Fundiária no estado.

Regularização

O encontro teve como foco a ampliação das ações de regularização de terras e o desenvolvimento de projetos de assentamentos em áreas estaduais, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável.

Durante a reunião, Rodrigo Cavalcante apresentou proposta voltada à zona rural de Teresina,



Ascom MDA

Reunião contou com a participação do MDA

considerada estratégica para a política fundiária do estado.

A iniciativa prevê a produção de cadastros rurais, georreferenciamento de imóveis, emissão de títulos definitivos, registro em cartório e concessão de crédito

aos beneficiários.

Compromisso

Segundo o diretor-geral do Interpi, a proposta reforça o compromisso do Governo do Estado com uma política fundiária estru-

turante e integrada. “Regularizar a terra é garantir direitos, promover desenvolvimento e assegurar cidadania à população rural.

O Piauí tem trabalhado de forma planejada e articulada para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária”, destacou Rodrigo Cavalcante.

O Interpi mantém diálogo permanente com o governo federal, com o objetivo de fortalecer a governança fundiária no Piauí e ampliar o acesso da população rural às políticas públicas. A reunião contou com a participação de representantes do MDA, entre eles Danilo Daniel, coordenador-geral de Governança e Inteligência Territorial; Shirley Anny, diretora do Departamento de Governança Fundiária; e Herbert Rodrigues.